

ACÓRDÃO Nº 1850/2025 – TCU – Plenário

1. Processo TC-008.331/2024-3
- 1.1. Apenso TC-023.164/2024-7
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação (com pedido de medida cautelar)
3. Responsáveis: Hugo de Souza Lopes (CPF 757.892.052-91) e Simone Vidal da Silva (CPF 745.007.402-87)
- 3.1. Interessados: Kaele Ltda. (CNPJ 04.819.323/0001-62), Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Parintins, Dsei Araguaia, Dsei Médio Rio Solimões e Afluentes, Dsei Alto Rio Solimões, Dsei Manaus e Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
- 3.2. Representante: Reche Galdeano & Cia Ltda.
4. Unidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: AudContratações
8. Representação legal: Ana Cristina Magalhães Santana Pinheiro (16851/OAB-AM), representando Reche Galdeano & Cia Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, a respeito do ao Pregão Eletrônico 90000/2024, conduzido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará (Dsei/AMP), cujo objeto é registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos tipo Pick-up e Vans com quilometragem livre, seguro total, sem motoristas e sem combustível, para atender as demandas de transporte terrestre do Dsei/AMP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 12, § 3º, 26, 28, I e II, e 58, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno, nos arts. 148, § 2º, e 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, em:

9.1. **conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;**

9.2. fixar prazo de 15 dias para que o Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará (Dsei/AMP) adote **providências para promover a anulação do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços 90000/2024** e dos atos dele decorrentes, incluindo a Ata de Registro de Preços 8/2024, esclarecendo que, com base no art. 148, § 2º, da Lei 14.133/2021, para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, **os efeitos da anulação, quanto aos contratos, somente terão eficácia a partir de 6 meses após a anulação**, devendo ser adotadas, nesse íterim, a providências para a realização de nova licitação e a celebração de novos ajustes, sendo vedados o aumento das quantidades contratadas e a prorrogação do prazo;

9.3. criar processo apartado de representação para tratar de medidas adicionais em relação aos Contratos 10/2024 (Dsei/Guato) e 16/2024 (Dsei/Manaus), resultantes da Ata de Registro de Preços 8/2024, bem como do descumprimento de decisão deste Tribunal por parte do Dsei/AMP, com cópia integral destes autos, autorizando-se, desde já, a realização de construção participativa de deliberações, prevista no art. 14 da Resolução TCU 315/2020, bem como outras medidas saneadoras que se façam necessárias;

9.4. dar ciência ao Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará (Dsei/AMP) sobre as seguintes impropriedades e falhas identificadas no PE-SRP 90000/2024, **para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:**

9.4.1. **apresentação de justificativa incoerente para adoção do sigilo do orçamento estimativo**, no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021, tendo em vista

que se trata de medida indicada para situações especiais, como, por exemplo, quando há lances fechados, o que não foi o caso do certame em análise disputado por lances abertos, em afronta ao disposto; e

9.4.2. **apresentação**, no Estudo Técnico Preliminar, **de justificativa genérica para escolha do modelo de contratação, sem a efetiva análise de custo-benefício das opções de aquisição dos veículos** (considerando todos os custos de propriedade, como seguro e manutenção) **em comparação com os custos de locação**, desatendendo ao disposto no art. 9º, III, da Instrução Normativa Seges/ME 58/2022;

9.5. **aplicar a Hugo de Souza Lopes e a Simone Vidal da Silva**, individualmente, multas no valor de **R\$ 10.000,00**, fixando prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, “a”, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, caso requerido, o **parcelamento das dívidas em até 36 parcelas**, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. determinar ao Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá/Norte do Pará (Dsei/AMP), o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos dos responsáveis, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso expirado o prazo a que se refere o art. 25 da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas;

9.9. notificar a Dsei/AMP e demais distritos sanitários indígenas interessados neste processo, bem como a empresa Kaele Ltda., Hugo de Souza Lopes e Simone Vidal da Silva a respeito desta deliberação.

10. Ata nº 31/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 13/8/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1850-31/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymmler, Bruno Dantas e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

JORGE OLIVEIRA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

ANTONIO ANASTASIA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral

